

## ADEUS CAMPONESA: O EXAURIMENTO DA PROPRIEDADE E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO PARANÁ

### GOODBYE, PEASANT: PROPERTY EXHAUSTION AND LAND CONCENTRATION IN PARANÁ

### ADIÓS CAMPESINA: EL AGOTAMIENTO DE LA PROPIEDAD Y LA CONCENTRACIÓN DE TIERRAS EN PARANÁ

**Julio Alves-Lima**

Universidade Estadual de Londrina

[julio.alves.lima@uel.br](mailto:julio.alves.lima@uel.br)

## Destaques

- Devido ao crescente valor da terra em descompasso ao aumento da renda da população, o acesso a propriedade agrícola está beirando um caráter mítico.
- Os *softwares* R e Excel permitiram a tabulação e organização das variáveis. E o QGIS permitiu a união das bases e as análises espaciais de variáveis por município.
- As populações são cada vez mais urbanas e foi observada a diminuição do número de pequenas propriedades agrícolas distribuída no estado do Paraná.
- O eixo Londrina – Toledo – Guarapuava é o polo da concentração da produção de grãos no estado do Paraná, em especial de soja, além de crescentes infraestruturas voltadas à expansão do Agrobusiness.

## RESUMO

Este é um trabalho de cunho exploratório que visa discutir a curva de crescimento da diminuição no número de propriedades agrícolas no estado do Paraná. Tendo como base os dados dos últimos três censos agropecuários e valores comerciais extraídos da secretaria de agricultura e abastecimento do Paraná, bem como diversas outras fontes de caráter quantitativo acerca das variáveis relacionadas ou distantes, que se somam a uma profunda análise material histórica baseada numa vasta bibliografia. Parte-se da incontornável afirmação, comprovável nas linhas abaixo, de que o acesso a propriedade agrícola está beirando um caráter mítico, visto o aumento do valor da terra em descompasso ao aumento da renda da população. A concentração de terras vem como um

fenômeno global, que passa a atingir inclusive países do mais alto grau de desenvolvimento no oeste europeu. E, aqui trazemos as peculiaridades do caso brasileiro em especial no que toca aos processos a incidir diretamente sobre o ente federativo paranaense. Espacializamos tal concentração no estado e amostramos o cerceamento crescente de qualquer possibilidade, que não seja a de viver na periferia urbana.

**Palavras-chave:** Descentralização. Neoliberalismo. Indústrias agrícolas. Monopólio da produção.

## ABSTRACT

This is an exploratory work aimed at discussing the growth curve of the decrease in the number of agricultural properties in the state of Paraná. Based on data from the last three agricultural censuses and commercial values extracted from the Department of Agriculture and Supply of Paraná, as well as various other quantitative sources regarding related or distant variables, which are complemented by an in-depth historical material analysis based on an extensive bibliography. It starts from the unavoidable statement, as proven in the lines below, that access to agricultural property is verging on a mythical character, given the increase in land value outpacing the rise in the population's income. The concentration of land emerges as a global phenomenon, which begins to affect even countries of the highest degree of development in Western Europe. Here, we bring forth the peculiarities of the Brazilian case, especially regarding the processes directly impacting the Paraná state government. We spatialize such concentration within the state and sample the increasing enclosure of any possibility other than living in urban periphery.

**Keywords:** Decentralization. Neoliberalism. Agricultural industries. Production monopoly.

## RESUMEN

Este es un trabajo de naturaleza exploratoria que tiene como objetivo discutir la curva de crecimiento de la disminución en el número de propiedades agrícolas en el estado de Paraná. Basándose en los datos de los últimos tres censos agropecuarios y los valores comerciales extraídos de la secretaría de agricultura y abastecimiento de Paraná, así como en diversas otras fuentes de carácter cuantitativo sobre variables relacionadas o distantes, que se suman a un profundo análisis material histórico basado en una amplia bibliografía. Partimos de la afirmación ineludible, comprobable en las líneas siguientes, de que el acceso a la propiedad agrícola está rozando un carácter mítico, dado el aumento del valor de la tierra en desacuerdo con el aumento de los ingresos de la población. La concentración de tierras se presenta como un fenómeno global, que comienza a afectar incluso a países de los más altos niveles de desarrollo en Europa occidental. Y aquí traemos las particularidades del caso brasileño, especialmente en lo que respecta a los procesos que inciden directamente en el ente federativo paranaense. Espacializamos tal concentración en el estado y muestreamos el creciente cercenamiento de cualquier posibilidad que no sea la de vivir en la periferia urbana.

**Palabras clave:** Descentralización. Neoliberalismo. Industrias agrícolas. Monopolio de producción.

## INTRODUÇÃO

Partindo de minha problemática, inicialmente, atento que no intervalo entre os Censos Agropecuários de 1995 e 2006, considerando os estabelecimentos rurais com área superior a 5 hectares<sup>1</sup> houve a perda numérica de cerca de 27 mil estabelecimentos. Para na década seguinte, entre 2006 e 2017 presenciarmos perdas ainda maiores que beiram a meia centena de milhares de estabelecimentos agrícolas cuja existência cessou.

Na conjuntura de havendo a área agrícola paranaense já atingindo sua possibilidade de expansão entre 1970 e 1980, o que se teve foi uma inevitável diminuição da área agrícola total do estado nas décadas seguintes, como evidenciado pelo Censo agropecuário. Contudo, estando essa perda justificada por urbanizações, reflorestamentos e demais fenômenos na casa dos 3 e 4% da área Paranaense entre respectivamente 1995-2006 e 2006-2017. Entretanto a diminuição vista no número de estabelecimentos<sup>2</sup>, nos intervalos correspondentes, extrapola em mais do dobro a razão desta medida percentual para ambos os períodos.

Destarte, ao incluir uma diferenciação de escalas entre essas propriedades em extinção, observa-se que a soma maioria das ocorrências em ambos os períodos se dão na escalas das pequenas<sup>3</sup> propriedades Paranaenses, como pode ser evidenciado na Tabela 1.

**Tabela 1** - Número de propriedades rurais por área no estado do Paraná entre 1995 e 2017.

Ano	Total	Minifúndio	P. Propriedade	M. Propriedade	G. Propriedade
1995	369.875	84.260	258.665	22.821	4.061
2006	371.063	103.651	232.276	22.678	3.626
2017	305.154	90.090	189.212	20.548	4.371

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Censo Agropecuário, IBGE (1995; 2006; 2017).

<sup>1</sup> Sendo este o módulo fiscal mínimo do estado do Paraná (EMBRAPA, 2023).

<sup>2</sup> É utilizado neste trabalho os termos estabelecimentos agrícolas e propriedade agrícola em sentidos muito próximos. Visando delimitar partes do conceito de estabelecimento agrícola que compreende diversas escalas. Maiores explicações podem ser encontradas nas notas de rodapés seguintes.

<sup>3</sup> Definindo tal escala a luz da Lei nº 8.629/1993 que em seu 4º artigo conceitua Pequena Propriedade o imóvel rural de área superior a repartição mínima, comumente estabelecida em um módulo fiscal, e inferior a quatro módulos, que segue para a Média Propriedade entre quatro e quinze módulos para enfim estabelecer como Grande Propriedade aquela que em extensão exceda estes quinze módulos fiscais que variam de ente para ente municipal. Subentendido ainda o Minifúndio como aquele inferior a um módulo fiscal e que, portanto, não se inclua nestas escalas.

Ao nível que poder-se-ia argumentar que a diminuição do número de pequenas propriedades, ao menos no intervalo de 1995 a 2006, ocorreria pela transmutação<sup>4</sup> destas em minifúndios<sup>5</sup> afinal estes tiveram expressivos aumentos em seus números, próximos a diminuição ocorrida na quantidade de pequenas propriedades. Todavia, na tabulação dos dados referentes a área em hectares, por classificação da extensão dessas propriedades, presente na Tabela 2, constata-se que o aumento no número de minifúndios se dá pela fragmentação da área dos próprios minifúndios, pois não houve incremento espacial algum a tal classe de propriedades.

**Tabela 2** - Área por classe de propriedade rural no estado do Paraná entre 1995 e 2017.

Ano	Total	Minifúndio	P. Propriedade	M. Propriedade	G. Propriedade
1995	15.946.632	254.329	5.943.697	4.744.421	5.004.185
2006	15.391.782	252.272	5.265.157	5.162.629	4.711.724
2017	14.741.967	214.405	4.420.740	4.384.305	5.722.515

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir do Censo Agropecuário, IBGE (1995; 2006; 2017).

Afirmando que um minifúndio não é adequado nem mesmo a mais simples produção de subsistência. Pois sendo um minifúndio aquilo que é inferior a um módulo fiscal, e sendo o módulo fiscal o tamanho variável que se propiciaria uma renda mínima em cada município. Fica implícito que uma família teria dificuldades em obter uma renda suficiente para seu sustento fazendo uso de um minifúndio.

No que toca as pequenas propriedades, a diminuição da área desta classe de estabelecimentos se deu em semelhante drástica escala ao nível da diminuição no número destas pequenas propriedades. Tratando do intervalo entre 1995 e 2006 viu-se também uma diminuição pela Tabela 1 no número de médias e grandes propriedades, entretanto, sobre as médias, houve um expressivo incremento espacial, caracterizando uma concentração nesta categoria de propriedade.

<sup>4</sup> Numa hipótese inicial que tal fenômeno seria majoritariamente recorrente da repartição das pequenas propriedades por heranças, divórcios, vendas de partes da propriedade e ocorrências afins, o que se comprovou não ser a realidade.

<sup>5</sup> Por conta da variância municipal de escala referente ao módulo fiscal e, portanto, variância do que se subintende como pequena propriedade e principalmente pelas divisões passíveis de serem empregadas nas quase três décadas entre Censos Agropecuários de metodologias não idênticas, aqui estão compreendidas como pequenas propriedades todos os imóveis entre 5 e 100 hectares, os médios aqueles entre 100 e 500 hectares, e grandes aqueles que excedam esta última medida. Tendo o minifúndio como qualquer escala inferior a pequena propriedade.

No intervalo temporal seguinte (2006 – 2017) pela Tabela 2 vemos que a tendência da diminuição de área dos pequenos estabelecimentos rurais foi mais que crescente em relação ao intervalo anterior, tal como a tendência em seus números, sendo agora também, equivalente processo manifestado nos minifúndios. E, diferentemente do intervalo anterior, diminuição também houve nas médias propriedades, que em seu detrimento viram aumentar em número e área, a classe das grandes propriedades, a considerar que diversas anteriormente medias propriedades ascenderam de classe ao absorver suas circunvizinhas de classes distintas.

Adicionando ainda o fato que uma única pessoa física ou jurídica pode ser detentora de diversos desses estabelecimentos. Em uma concentração crescente do número de propriedades rurais em distintos locais sob um mesmo dono. Ou a anexação de propriedades circunvizinhas por um empreendimento em crescimento. O que caberia um estudo distinto para a diferenciação destes processos que igualmente findam num mesmo ator concentrando em sua posse uma área maior de terras.

Eis o panorama do estado do Paraná, principalmente nas quase três últimas décadas. Contudo uma visão tão ampla em escala e uma análise generalista acerca de tal tema, não faria jus a diversidade de uma vasta unidade da federação e de um tema assim complexo como é a questão agrária brasileira. Portanto, subdivididos foram alguns tópicos para uma melhor compreensão. Em questão de escala e fundamentação.

Metodologicamente, esta pesquisa teve seu foco na escala municipal, pela qual analiso individualmente o valor per hectare de terra em cada um dos entes municipais paranaenses, ano a ano desde 1998<sup>6</sup> quando a Secretaria de Abastecimento do estado iniciou a coleta de dados.

Quanto ao número de estabelecimentos, utilizo os três marcos disponibilizados pelos censos agropecuários do IBGE, que são respectivamente os anos de 1995, 2006 e 2017. Mais à frente pelo *software* QGIS Hertogenbosch, foi feita a união das bases de propriedades com seus respectivos valores e os estabelecimentos em número e área.

---

<sup>6</sup> Reafirmo que o foco dessa pesquisa se dá no pós abertura econômica brasileira, entre 1995 e 2000. Contudo sem desconsiderar o visto anteriormente, onde no Brasil segundo Bacha, Stege e Harbs (2016) entre os anos 1970 e 1980 se teve uma alta crescente no preço da terra, em decorrência principalmente dos subsídios e do crédito rural. Enquanto nos anos 1990 e adiante, o mercado das commodities e o balanço cambial tornaram-se as maiores fomentadoras do aumento no preço da terra agricultável.

Em paralelo fora feita usando R e Excel o teste de algumas variáveis, sendo as que se provaram mais relevantes, incluídas no corpo do artigo. No intuito de ilustrar a crescente no cerceamento do acesso à terra, o Mapa 2 referente a preço/hectare, reflete um proporcional a valores de um salário-mínimo de cada ano de referência da mensuração dos estabelecimentos. E com base no resultados deste segundo mapa vi a necessidade de introduzir um subtópico denominado ‘Renda’, localizado entre o tópico terceiro e as conclusões.

Necessário dizer também o é a possibilidade aqui não germinada quanto a: partir de uma análise desde o período colônia para a caracterização dos problemas agrários que tratamos. Todavia, tais obras já se fazem existentes, nos poupando o trabalho de condensar nas poucas linhas aqui possíveis um linear superior a quatrocentos anos.

Portanto maior proveitoso dedicar ao exposto presente (quase) recente<sup>7</sup> uma maior atenção. Ainda que um breve histórico sege indispensável, e por isso foi tornado o tópico seguinte. Para só então, a partir do tópico terceiro dar-se um aprofundamento ao exposto aqui na introdução.

## **UM BREVE PANORAMA POLÍTICO-AGRÁRIO-ECONÔMICO BRASILEIRO**

Tendo como um norte inicial, Fernandes<sup>8</sup> (2012) no que toca a conflituosa questão agrária em nosso país e Lacerda *et al.* (2010) no que toca sua economia, adotamos a visão de que os eventos iniciados na reconfiguração mundo, pós segunda guerra mundial, ou seja, o período Miltoniano técnico-científico-informacional, corresponde a um momento de intensa fluidez entre os territórios supranacionais e que tanto trouxeram quanto impuseram inúmeras mudanças.

Todavia, uma menção mais específica é necessária aos processos ocorridos no início do século XX e tão imensamente já debatidos e expostos em distintos trabalhos de diversas disciplinas. Citando o secular modelo primário oligárquico latifundiário que diante da crise do café, então principal fonte de renda da economia brasileira e na

---

<sup>7</sup> Essencialmente pós meados de 1990.

<sup>8</sup> Este trabalho parte de autores como Ariovaldo U. Oliveira, Bernardo M. Fernandes, pois, mesmo que aqui se apresente conclusões talvez distintas de uma recriação contraditória do campesinato. Os citados autores proporcionam um importante arsenal para a compreensão da realidade agrária brasileira que transcende seus próprios resultados.

migração do capital para o segundo setor, viu o início de uma das principais metamorfoses na lógica do direcionamento dos rumos da nação.

Em concordância com o visto em Lacerda *et al.* (2010) ao tratar da história econômica do Brasil, é a grande depressão iniciada nos EUA que permite a leve ruptura com o modelo essencialmente primário-exportador aqui soberano a séculos. Ao mesmo tempo que a própria ditadura Vargas teve sua possibilidade de existência no enfraquecimento das oligarquias cafeeiras. Ainda que se possa argumentar que grande parte daqueles imensamente imersos no antigo setor, eram também os investidores de trás desse modelo de segundo setor que tomava corpo em apoio de direcionamentos governamentais. Não caracterizando assim uma quebra de paradigma, somente uma pequena e gradual alteração na matriz da produção.

Sendo necessário dizer que, o apoio a industrialização brasileira se dá ainda em mais de uma instância por parte do governo, em forma consubstancial aos direitos dos trabalhadores urbanos, mas não dos trabalhadores rurais, mantidos a margem destes direitos, em grande medida pela ‘égide’ patronal rural a qual os empregava (BERCOVICE, 2020). Grandes resistências elitistas a mudança se figurara no rural brasileiro e, em decorrência, as maiores metamorfoses do período se dão na escala urbana. Assim, o abastecimento primário por parte da agricultura nacional e a ocupação do território brasileiro surgiam como os principais objetivos praticáveis e fomentados pela administração, quando não tratando do urbano (BERCOVICE, 2020).

Ainda na ditadura Vargas surge o embrião do que será o futuro PSI – Programa de substituição<sup>9</sup> de importações, por meio de um controle cambial forçado, a fim de estabilizar os índices de uma balança comercial em descontrole por parte da desvalorização do então principal produto de exportação brasileiro, o café, que equivalia aos montantes de bens que importávamos, bens que agora deveriam ser produzidos nacionalmente. Neste cenário:

A exportação diminuiu de 70% para 57% da produção agrícola total. Já o valor da produção industrial cresceu 50% no período 1929-1937, e a produção primária

---

<sup>9</sup> Tal discussão sobre o PSI pode parecer desconexa para um artigo que trata de concentração fundiária. Entretanto, o entendimento da forma de nossa balança comercial, os direcionamento do mercado, os rumos da indústria nacional e as decisões políticas nas últimas décadas, são peças chave visando apresentar o quadro atual.

para o mercado interno aumentou 40%. Como resultado, a renda nacional aumentou 20% no período, enquanto a renda per capita subiu 7%. Na mesma época, a renda nacional dos Estados Unidos decresceu (LACERDA *et al.*, 2010, p.103).

Dado aos bons resultados das medidas, e as falhas vistas nas tentativas inversas dos governos seguintes, o modelo de controle cambial para substituição de importações se segue, ainda que em alguns momentos futuros metamorfoseando-se em políticas distintas com um fim semelhante. Contudo, atentando para a problemática que de se os PSI's fomentavam a industrialização, também a barravam pela necessidade de se importar insumos, dada ausência de uma indústria de base (LACERDA *et al.*, 2010). Só adiante tendo a aparição da Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, BNDE(S), Eletrobrás, e tantas mais, a fim de sanar a antiga deficiência do primeiro setor industrial, que impossibilitava o crescimento do segundo setor industrial, responsável pela produção de bens.

Todavia, neste interim, surge o que alguns autores denominaram *prussianíssimo desfigurado*, sendo este, uma incapacidade de articulação entre estado e a burguesia industrial. E, com a morte de Vargas, o projeto de industrialização nacional tem o início de seu fim, para em seu lugar imperar a entrada do capital internacional por meio das indústrias multinacionais. Em meio a nova caracterização mundo técnico científico informacional que se iniciava.

O próprio plano de metas<sup>10</sup> instituído na década de 1950 é uma adequação aos modelos internacionais, entretanto a peculiaridade da existência do PSI surgia como um fomento para a instalação de polos de fabricação multinacionais a fim de acessar o mercado brasileiro, que por diversas vezes, concedia imensas isenções ao capital externo (LACERDA *et al.*, 2010). Citando-se o setor de bens duráveis com as alemãs Volkswagen e Mercedes-Benz, e pouco depois as americanas, em prol do modelo de rodovias.

Neste linear incluído também o Plano Nacional de Tratores de Roda, a qual se beneficiaram primeiramente as empresas estrangeiras: Ford, Massey Ferguson e Valmet, com cerca de 1.679 tratores em 1961 aqui construídos e entregues, para quase cinco vezes esse valor no ano seguinte (AMATO, 1985). Em conluio com algumas poucas

---

<sup>10</sup> Plano que para Brito (2005) se deu de maneira extremamente desequilibrada espacial e socialmente, privilegiando os estados de São Paulo e em menor intensidade Rio de Janeiro. Ainda que a partir deste período (1950-1960) a Capital do estado Paranaense manifestasse seu maior crescimento populacional percentual de todo o século XX distante estava da intensidade presenciada no Sudeste.

dezenas de milhares importados já presentes no mercado nacional nos anos anteriores (GUIMARÃES, 2016) adquiridos pelos agricultores em grande parte por meio de políticas públicas de crédito, que aqui demonstra um alinhamento estatal em prol do aumento da produtividade no campo.

Entretanto, os mesmos fatores que conforme visto em Lacerda *et al.* (2010) contribuíam para a industrialização brasileira, numa narrativa de alegado protecionismo, atrito geraria entre o estado brasileiro de JK e o Banco Mundial junto do FMI, cujo impacto foi visto sobre a crise financeira precedente, as portas do golpe de 1964.

Em meio a ditadura, houve uma intensa reforma tributária, e a instauração e diversos fundos parafiscais, tal como o FGTS, numa conjuntura liberal de fortalecimento do mercado financeiro interno, em prol da disponibilidade de crédito para os projetos que se seguiriam. A dívida pública passou a operar por meio de letras, também com um viés de financiamento, mas tendo em vista a diminuição da exorbitante inflação vigente (LACERDA *et al.*, 2010).

No campo agrícola, é neste período, meados de 1965, que se manifesta uma das maiores mudanças na economia do campo Brasileiro com a penetração do capital estrangeiro visando uma modernização conservadora que objetivava a larga escala da produção de commodities<sup>11</sup>. Sem alterar a estrutura fundiária preexistente, visto a concentração nela vigente não um empecilho a dinâmica capitalista de então, pelo contrário, sendo, pela Lei n. 4.829, de 05.11.1965 ampliados os créditos subsidiados pelo governo, em especial a expansão da monocultura de alto valor comercial, independente de posse brasileira ou estrangeira contanto que rumo a exportação (GUIMARÃES, 2016). Uma sequência, ao visto no pós-guerra, onde agora o capital estrangeiro não estava apenas na produção dos bens industriais relacionados a produção agrícola, e sim nela própria.

No que toca o estado do Paraná, a década de 70 poderia ser entendida como um divisor de águas, a partir do qual as políticas nacionais das décadas passadas se faziam sentir. Ao conluio da estagnação da disponibilidade de terras ainda não ocupadas. Conforme os Censos Agropecuários, IBGE (1963; 2009; 2019) é só a partir da década de setenta<sup>12</sup> que se passa a haver uma queda no número das pequenas propriedades e o

<sup>11</sup> Que no período vinham a registrar uma consecutiva valorização no mercado internacional.

<sup>12</sup> No estado de São Paulo essa tendencia é visível na década anterior, de 1960 para 1970.

aumento exponencial das propriedades rurais absurdamente grandes, na casa dos mil hectares.

Tal processo, na ótica mercadológica, ocorreu num bom momento do comércio mundial, direcionando investimentos externos a nosso país, contudo o panorama se altera parcialmente a partir da crise do petróleo em meados de 1975 e, se inverte totalmente na crise de 1980. Findado o boom econômico, fim tem também o pináculo que sustentava o golpe ditatorial.

Sendo necessário apontar este momento histórico como uma fértil oportunidade para ideais em torno da ocorrida descentralização política brasileira, em clara oposição ao modelo altamente centralizado de gestão visto no período militar. Porém, também devemos atentar, todo este processo de descentralização como um algo rigorosamente em alinhamento com pressões econômicas internacionais disseminadas massivamente no período por influentes organizações como o FMI e Banco Mundial (MELO, 1996).

Ao nível que o modelo de descentralização bem estruturado e de bons resultados adotado por países da OCDE não fora o mesmo visto em países da periferia capitalista como na África e no leste europeu (SILVA, 2000). Onde a descentralização, ainda que sendo uma facilitadora a melhor gerência local, ocasionou por muitas vezes em desmonte das estruturas estatais regulatórias e acirramento da predação e concentração econômica, quando não germe para iniciativas clientelistas e, conflitos civis a que o estado não mais dispunha de meios para apaziguar como no caso africano.

Devemos atentar ainda ao que Vieira (2012) e Oliveira (2018) amostram sobre não ser a descentralização de um estado nacional um embate versus a centralização. E que ambos os fenômenos não necessitam serem fixos, porém sim, dinâmicos e complementares, não cabendo estabelecer um ou outro como prejudicial, pois a efetividade de tal advém das necessidades momentâneas do dado recorte administrativo<sup>13</sup>.

Adiante, Lacerda *et al.* (2010) nos traz ainda as medidas governamentais estabelecidas nos anos 1990 a sanar a crise inflacionaria, que ganhou contornos críticos a

---

<sup>13</sup> Contudo, no caso brasileiro pela proximidade temporal, a descentralização acaba, no território tupiniquim, por diversas vezes como um sinônimo de democracia atrelada a constituição de 1988 (SILVA, 2000). Atribuindo assim a descentralização crescente um status de incontestável, ainda que seu inverso, diante da elaboração de medidas palpáveis, fosse um caminho talvez mais efetivo para a inversão dos fenômenos de concentração que nos tópicos seguintes mais uma vez iremos abordar.

partir da incapacidade do ciclo militar em abarcar os custosos juros variáveis dos investimentos internacionais aportados nos projetos de desenvolvimento. Citando-se a extinção das Políticas de Substituições de Importações e o estabelecimento do Plano Real como um importante marco das medidas que se concentraram no enxugamento da máquina estatal, e no estabelecimento de um índice monetário em relação direta entre preços e salários por meio do que se denominou: unidade de conta – URV. Para então a inserção da nova moeda em si, que jamais teria obtido o resultado visto sem o apoio do Programa Nacional de Desestatização – PND.

Entre 1991 e 2001 no que tange o PND houve emprego de cerca de um quarto de todo o montante de US\$ 37,78 bi totalizado na venda de 68 empresas federais, sendo direcionado já na fonte a equilibrar a dívida externa do período por meio de moedas de privatizações (LACERDA *et al.*, 2010). Sem contar os valores respectivos as inúmeras vendas em âmbito estadual. Que seguidas foram ainda por mais privatizações e concessões como ocorreu com o setor de telecomunicações. Caracterizando agora uma inserção do capital estrangeiro nos mais diversos setores até então tratados como estratégicos sob tutela da máquina estatal, em especial por suas contribuições nos períodos de grande crescimento.

Um novo panorama surge com o fim dos PSI's onde as empresas brasileiras não mais contavam com proteções tarifárias frente suas concorrentes internacionais somado a uma maior solidez do mercado brasileiro. O número de empresas situadas no Brasil com aportes de capital estrangeiro passara então de 6.322 em 1995 para 11.404 já em 2000, variando não só no número de empresas, como o patrimônio total dessas empresas em posse brasileira que era de 61% em 1995 passa a meros 21% no ano 2000 conforme Franco (2011).

Toda essa facilitação de fluxos financeiros incidiu também sobre um aumento nas importações de alimentos (GUIMARÃES, 2016) possibilitado também pelo fim das políticas de preços fixos governamentais nos anos 90 em diretriz da Organização Mundial do Comércio que lesaria os pequenos e médios produtores brasileiros, até então distantes dos mercados das commodities.

Na pauta dos anos 2000 em diante Lélis, Cunha e Linck (2019) trazem o bom período econômico caracterizado até as portas da crise de 2008 como um algo advindo da continuação das políticas presentes a partir de 1995, as quais tece críticas, visto que:

A excessiva abertura financeira teria produzido volatilidade excessiva nos preços macroeconômicos fundamentais e crises recorrentes, cujos efeitos se fizeram sentir nos desequilíbrios patrimoniais dos setores privados e público e, com isso, no estreitamento do horizonte temporal nas decisões de reprodução da riqueza. Ademais, as reformas neoliberais teriam diminuído a capacidade estatal em realizar investimentos capazes de sustentar horizontes mais largos de expansão do conjunto da economia (LÉLIS; CUNHA; LINCK, 2019 p. 432).

Levantando que a homogeneidade brasileira, em questão de produção e exportação, pela especialização regressiva<sup>14</sup> da economia, vai contra a consolidação de qualquer projeto em prol de um desenvolvimento geral da nação. Na face perversa que a abertura econômica não se deu em compasso a uma transferência tecnológica que pudesse auferir um caráter competitivo a manufatura brasileira em nível global.

Em síntese, sobre o rural, manifestado fora ainda que: relativo ao mercado das agroindústrias, em especial aquelas voltadas a soja<sup>15</sup>, antes da abertura financeira, em nível nacional 6% do esmagamento dos grãos era realizado pela multinacional norte americana Cargill, para após a abertura, a esta se somarem também as multinacionais estrangeiras Bunge, ADM e Dreyfus que juntas passam a controlar 40% deste mercado específico da agroindústria já no final dos anos 90 e beirando a 50% em 2009 (WESZ, 2011). A princípio centradas no sul e sudeste e depois no restante das regiões.

Intervenções estatais relacionadas também podem ser vistas, como a lei Kandir de 1996 cujo objetivo era incentivar a exportações de produtos primários pela isenção de impostos. À medida que tal exportação se tornou vantajosa a ponto de não viável ser a semi-industrialização do grão, afinal, mediante os custos e a carga tributária, maior margem de lucros seria a simples exportação do grão in natura. Esse panorama ocasionou que “a produção de soja brasileira aumentou a sua participação no mercado mundial em 7% após a publicação da Lei Kandir [contudo] o processamento decresceu 5% em proporção à União Europeia, aos EUA, à China e à Argentina” (WESZ, 2011 p. 34). Esta má situação fez as empresas nacionais de beneficiamento se tornarem alvo fácil

<sup>14</sup> Sendo para Lélis, Cunha e Link (2019 p. 430) esta, caracterizada em consonância com demais autores como a: perda de densidade e complexidade da estrutura produtiva e de comércio exterior.

<sup>15</sup> A soja será o mais recorrente dos exemplos adotados pois se trata principal commodity brasileira. Não excluindo semelhantes processos que incidem sobre as demais, como no setor sucroalcooleiro que também fora alvo de diversas aquisições por multinacionais.

de aquisições das expoentes multinacionais do setor, acima citadas, e que juntas da nacional Amaggi de Blairo Maggi:

Dominam: 50% da capacidade de esmagamento da oleaginosa; 65% da produção nacional de fertilizantes; 80% do volume de financiamento liberado pelas tradings ao cultivo do grão; 85% da soja produzida no país; 95% das exportações in natura da soja brasileira; e 8,1% das exportações nacionais (WESZ, 2011, p. 126).

Na esfera da produção, tais empresas específicas atuam diretamente seja na produção, como o caso Amaggi, ou seja, na venda de sementes, seja nos pacotes tecnológicos, ou ainda nos demais insumos. Que recai como uma certa garantia do direcionamento do produzido pelos agricultores para tais empresas, garantindo um fornecimento prévio, que em muitos casos são ainda responsáveis pela armazenagem. Que depois de armazenar, podem até mesmo seguir para uma exportação intrafirmas delas mesmas, com cede em outro país, que mesmo no custoso transporte ainda fornecerá uma margem de lucro um pouco maior, se lá realizar o beneficiamento. Eis a globalização do setor primário na nova conjuntura de inserção brasileira.

## **O MUNDIAL E A FINANCEIRIZAÇÃO**

Adiante, é preciso alertar que eventos de concentração fundiária e da produção, não se dão somente na escala nacional brasileira. Citando que o encaminhamento a extinção camponesa ocorre numa escala global como bem previu Marx (FERREIRA, 2021) na sua análise do capitalismo. E se verifica na atualidade por trabalhos como Lima e Oliveira (2018), Welch e Fernandes (2008), Ploeg, Franco e Borrás JR (2015) e tantos outros a tratar da expressiva concentração de terras na América do Norte, Europa e África.

A concentração fundiária não é um fenômeno limitado ao Sul Global. E quanto ao norte, não está restrita aos Estados Unidos ou ao Leste Europeu. Canadá e o Oeste Europeu já sofrem dos impactos dessa tendência. Que conforme Ploeg, Franco e Borrás JR (2015) nos últimos 20 anos ainda mais se intensificou graças a financeirização da produção rural, e, no caso da união Europeia coagula-se a mudanças na política de incentivo, a fim de uma nova lógica produtiva.

Isto é o agora. Que se soma aos incontáveis processos de concentração fundiária e expropriação camponesa que ocorreram ao longo dos séculos. É a redefinição do antigo, é um novo modo em relação a processos de expropriação como os ocorridos na Inglaterra do início do capitalismo retratados no livro *I do capital*. Ou ainda em relação aos primeiros êxodos rurais nos mais distintos países do mundo, que se deram mais tardia e rapidamente em países do Sul Global, como o Brasil.

O fenômeno que atualmente colhemos não mais advém<sup>16</sup> da industrialização, porém sim da financeirização. A vista escala da concentração de terras e da produção, não seria possível sem a proporcional disponibilidade de capitais ociosos. Sedentos para se inserirem em algum ramal produtivo que assegure sua replicação, ou melhor, sua acumulação, em prol dos detentores destes capitais, e não necessariamente em prol dos produtores e consumidores finais do que é produzido.

Conforme Oliveira (2012) é hoje a bolsa de preços futuros a principal delimitadora do valor da produção agrícola. Em clara prevalência do valor de troca sobre o valor de uso. Políticas de soberania alimentar deram lugar a outras relativas à segurança alimentar, os estoques governamentais deram lugar ao das multinacionais. Os incentivos à produção camponesa são estrangidos em relação àqueles voltados ao mercado.

Oliveira (2012) vai mais além, amostrando com maestria as peculiaridades da globalização e mundialização da agricultura Brasileira. Trazendo exemplos concretos da submissão da produção aos mercados. Os monopólios têm ainda outro sentido, pois se mesmo os grandes produtores são condicionados por financeiros de bolsas futuras que nada produzem, estes financeiros, por sua vez, se veem influenciados por empresas de tamanho quase suficiente para ditar um mercado. Possuindo estas empresas suas próprias peculiaridades, inseridas nas mais distintas fases da produção, e nos mais distintos cantos do globo e com a capacidade de fundir capitais próprios e locais para um melhor funcionamento de suas capacidades operacionais.

---

<sup>16</sup> No sentido da industrialização em suas distintas fases que vieram a motivar importantes revoluções na esfera da produção primária a nível mundial. Mas que como efeito colateral garantiu uma enorme disponibilidade de braços ociosos a serem explorados pelo processo produtivo capitalista. Ainda que tal exploração possa ser argumentada de existência no modal anterior. Era na verdade a propriedade o filete de liberdade quando no campo. O trabalhador rural estava ainda mais submisso (Bercovice, 2020) que o urbano tratando da realidade brasileira. Nesse sentido, antes a migração para o urbano poderia vir em maior proporção como um desejo. Desejo a qual a industrialização em muito pode contribuir.

Citando alguns exemplos no Brasil, o Grupo Moema das famílias Biaji e Junqueira são incorporadas Bunge. Outra gigante do setor agrícola a ADM tem múltiplos empreendimentos no Brasil em sociedade com famílias locais, inclusive 49% de participação na usina de açúcar e álcool do ex-ministro da agricultura Antônio Cabrera (OLIVEIRA, 2012). Há também o caso da brasileira Votorantim adquirindo parte da norueguesa Aracruz voltada a celulose.

Há inúmeros exemplos, contudo, o que deve ser amostrado é: que tais empresas e grupos não estão, em via de regra, eliminando umas às outras, e sim enxertando-se, como uma planta que cresce a partir de outra sem extinguir a vida da primeira.

As compras nessa modalidade<sup>17</sup> dispõem não de um pagamento em dinheiro, mas sim em ações, por meio das quais o capitalista local passa a ser dono de uma parcela da empresa mundial, que agora controla parte da sua. Todavia, seu capital continua o mesmo e sua renda está assegurada pelos repasses que recebera como acionista e pela valorização de seus papéis. Mais as possibilidades de lucro que se abrem por sua, antes empresa local, agora fazer parte de um conglomerado mundial. A velha máxima marxista de que um capitalista elimina muitos outros vai gradualmente deixando de ser verdade.

A incorporação de capitais locais vem assim como uma forma de maximização de si mesmas para essas empresas e grupos mundiais. Solidificam-se por se inserirem nos mais distintos ramais, possibilitada essa inserção não somente pelos grandes montantes vindos Vanguard e Black rocks que se fazem presentes como fomentadoras de tais empresas globais do ramo agrícola, como também, o conjunto de todos os capitais locais incorporados, das distintas partes do mundo onde atuam, auferem os recursos que permitem seu crescimento. Eis a conjuntura latente de ser dita no tópico anterior e possibilitada a existência, em termos nacionais, pelo linear histórico que amostramos neste exato mesmo tópico anterior, intitulado um breve panorama político-agrário-econômico brasileiro.

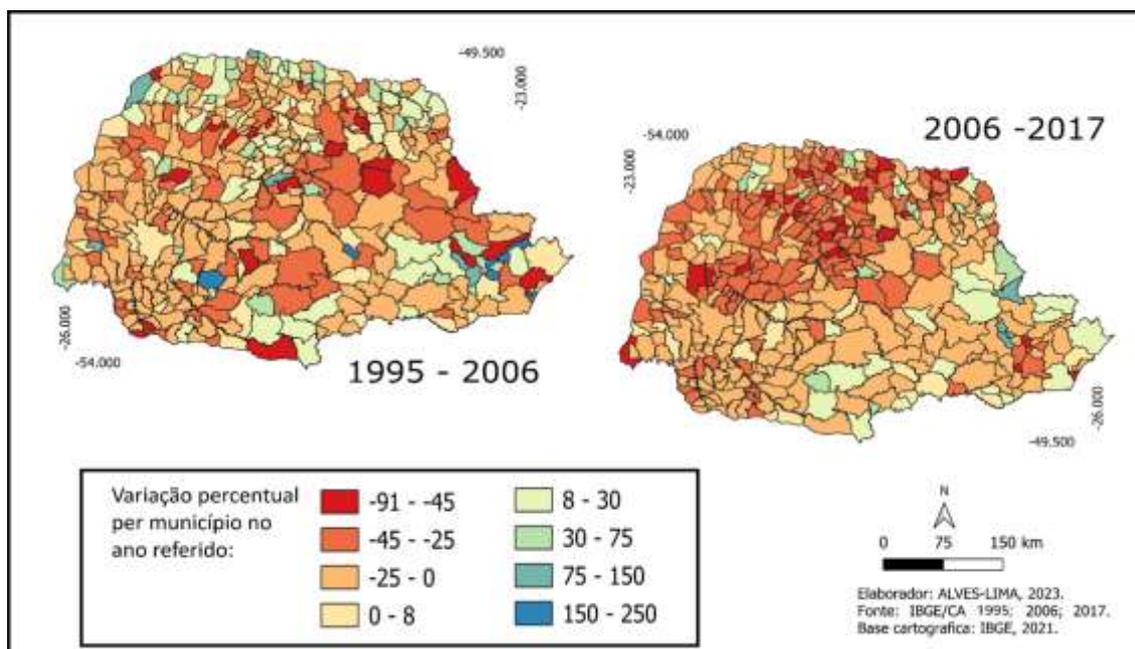
## **O PARANÁ, O ACESSO E A CRISE**

---

<sup>17</sup> Citando diretamente o grupo Moema.

Avançando. Neste terceiro tópico, proponho enfim uma continuidade do que fora visto na introdução. Afinal, mesmo parecendo uma quebra, cri ser indispensável o amostrado no tópico primeiro e segundo. Para então, a compreensão da espacialização do fenômeno de concentração fundiária, em nível municipal, para todo o estado paranaense, tal como representado no Mapa 1 apresentado a seguir:

**Mapa 1** - Variação percentual per município no número de propriedades agrícolas maiores que um atual modulo rural mínimo paranaense de 1995 a 2017.



Fonte: O autor, 2024.

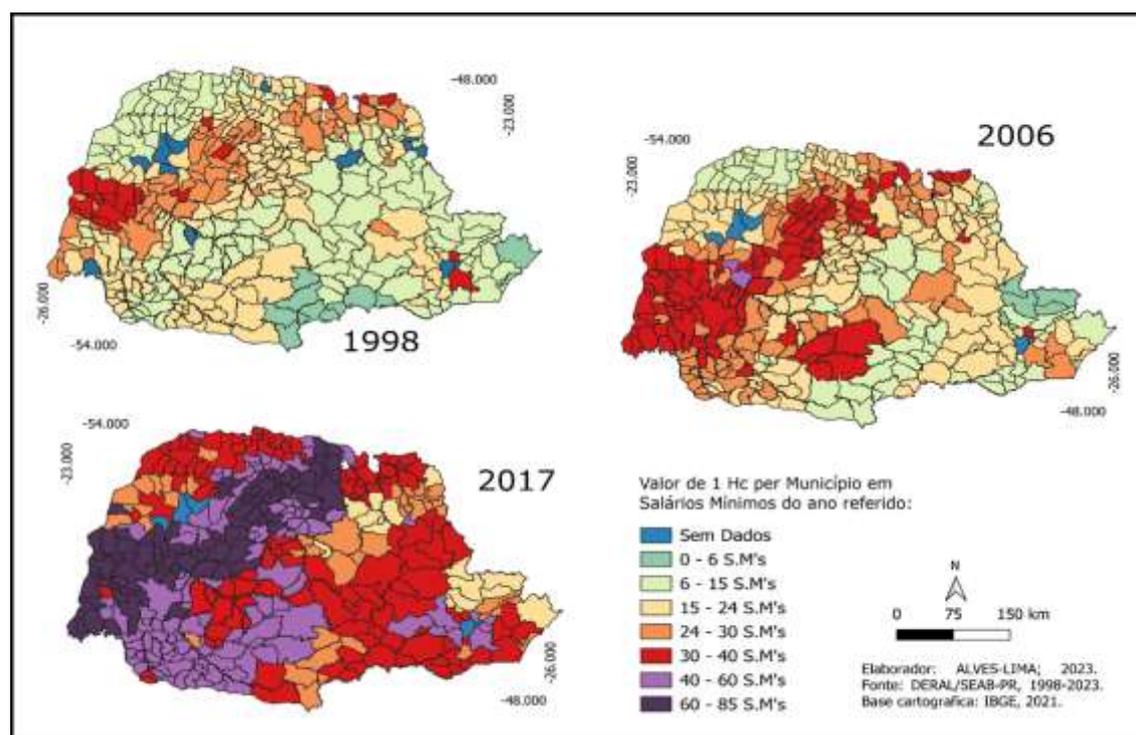
Sobre o estado do Paraná, tendo em vista o Mapa 1, já no primeiro intervalo (1995 - 2006) é percebida uma diminuição do número de propriedades distribuída ao todo do estado. Todavia os processos mais recentes descritos no tópico acerca da abertura econômica, ainda não haviam se cristalizado, justificando assim o intervalo seguinte (2006 - 2017) ter manifestado uma ainda mais expressiva extinção do número de propriedades agrícolas.

Junto do caráter inicial de tais processos (tópico 1) coagula-se que, entre 2004 e 2007 o mercado de grãos, especialmente a soja, passaram por uma grande crise, dada em parte pela valorização cambial e pela chegada da gripe aviária na Europa (WESZ, 2011). Logo na diminuição da demanda por insumos para a alimentação animal,

ocasionando no paraná, já em 2005 uma regressão, e, portanto, quebra nas elevaoes constantes no preço da terra<sup>18</sup> em diversos municípios do estado. Que em 2006 somou uma diminuio de cerca de 15% em relao  média do preço por hectare em 2004. Contudo em 2008 ressurgiria uma escalada vertiginosa nos preços por hectare nos municípios do estado.

Após o ocorrido em 2005 e 2006 não mais houve qualquer interrupo a crescente dos preços por hectare nos municípios paranaenses. Sendo que os valores médios de 2006 a 2017 quadruplicaram e ainda mais se intensificaram após isso, adotando a comparao entre 2006 e 2023 o preço médio do hectare de terra no estado do Paraná teve um aumento bruto superior a absurdos 1.000% podendo ser mais elevado conforme o município adotado. Tendo a espacializao do fenmeno no Mapa 2 abaixo.

**Mapa 2** - Valor de um Hectare per Município em Salários-Mínimos do ano referido:



Fonte: O autor, 2024.

Por meio do Mapa 2, visualizamos uma tendencia de concentrao da elevao do preço da terra num eixo entre os municípios de Londrina e Toledo. Que

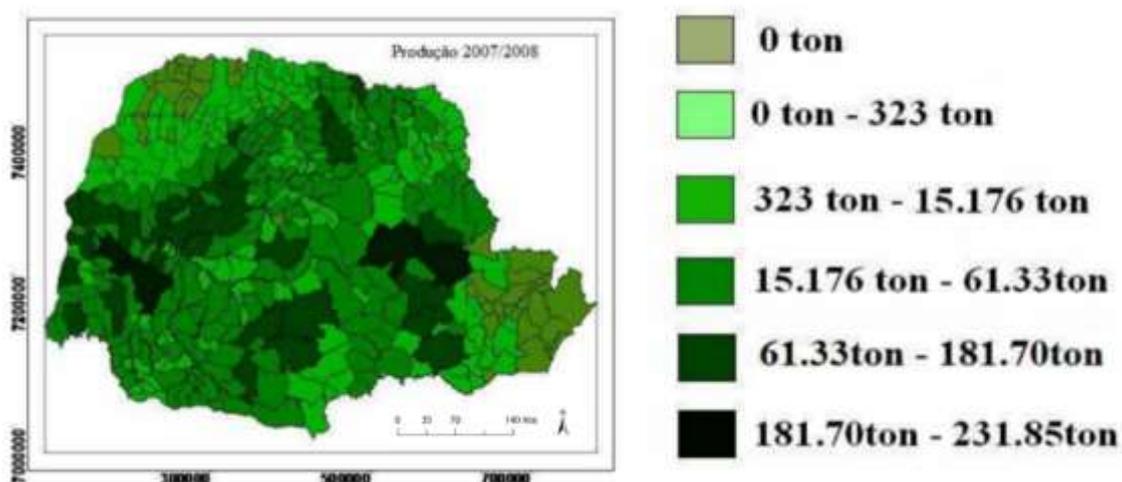
<sup>18</sup> Eis uma útil ilustrao do condicionamento do preço da terra paranaense ao mercado internacional.

conforme o passar dos anos ainda mais se intensificou. E mais do que isso, reflete<sup>19</sup> também na suma maioria dos municípios com mais intenso acirramento da concentração fundiária do estado, como visto no Mapa 1 acima, principalmente para o intervalo mais recente de 2006 a 2017.

Caracterizando este eixo Londrina - Toledo - Guarapuava, como a concentração da produção de grãos no estado do Paraná, em especial a soja, conforme o visto em Prudente, *et al.* (2011) e Bastos, Machado e Wessler (2023).

Para a safra de 2007/2008 trazemos ainda o Mapa 3 abaixo. Que necessita de um alerta, pois se trata da produção total de soja nos municípios sem considerar seu proporcional em área disponível ao cultivo. Onde, os pequenos municípios entre Londrina e Toledo (do eixo mencionado) aparecem alguns poucos no terceiro extrato classificatório, enquanto outros da região de Ponta grossa estão no mais elevado, contudo, há de se considerar a diferença entre a área desses entes municipais, dos segundos tendo uma área superior a dez vezes a dos primeiros.

**Mapa 3** - Produção Paranaense de soja per município (safra 2007/2008).



Fonte: Prudente, *et al.* (2011).

No paraná como um todo, mas em especial no eixo mencionado, somamos também a presença de crescentes aglomerações infraestruturais voltadas a expansão do Agrobusiness. Atraindo investidores que tornam este ambiente ainda mais competitivo. Assim, afastando estruturas voltadas a outros gêneros de produção, pois todos os

<sup>19</sup> Este eixo Londrina – Toledo, e mais a Leste com Guarapuava. Formando visualmente um “L” inclinado. Com a ressalva de no centro sul por aspectos físicos os valores da terra serem pouco menores.

produtores se polarizam nesta específica, e mesmo aqueles que não tem condições financeiras de participar do caro processo produtivo das commodities, como a soja, participam, pela escolha de ceder suas propriedades ao arrendamento. Esta conclusão é o resultado de toda uma experiência empírica de anos.

O pequeno agricultor cede sua terra para outro produzir, e então se proletariza, podendo trabalhar até mesmo para aquele que está a arrendar suas terras, em busca de uma renda que como agricultar não lhe seria possível. É um processo controverso, pois, esse elevado valor da terra é um reflexo do valor da mercadoria que essa terra pode produzir, contudo, nem todos os agricultores podem participar desta lucrativa produção. O ganhos são proporcionais ao montante investido.

A terra já não é suficiente<sup>20</sup>, quem dirá uma pequena propriedade dela. Um financiamento é sempre possível, mas o montante a ser resgatado é simétrico a renda presumida que será obtida, sendo comumente, uma renda pequena pois é uma propriedade pequena. Isso tratando do caso que o produtor consiga um disputado financiamento de iniciativa pública. Afinal, no que toca a iniciativa privada, será inviável, visto as taxas de juros serem altíssimas dada a impossibilidade de uma hipoteca referente a uma pequena propriedade (SILVA; JACOB, 2023). Assim um pequeno produtor não se converterá em um sojicultor ou semelhante produtor de commodities em larga escala. Lhe falta capital para adquirir a infraestrutura mínima a este tipo de produção. O arrendamento de maquinários como possibilidade é crítico dado o alto valor e manutenção desses no mercado nacional.

Nesse sentido, a suma do investimento direcionado a uma produção campesina<sup>21</sup>, é assegurado o emprego nesse modal de menor escala, visto ser a única escala habitualmente possível a tais produtores. Contudo, a polarização do entorno de uma propriedade, desgasta a manutenção das infraestruturas presentes para um ramal distinto. Não se planta feno se ao seu redor por todo o município o que se encontram são

---

<sup>20</sup> Há ainda outras questões que incidem sobre a diminuição das pequenas propriedades e proporcional diminuição do campesinato (Brumer; Anjos, 2008). Como o envelhecimento de sua população e uma ausência de uma sucessão, que pode ser originária não necessariamente de um desinteresse dos jovens, e sim de um desejo dos pais, que não querem que seus filhos tenham uma vida semelhante a que eles próprios tiveram.

<sup>21</sup> Fazendo uso do termo campesino em detrimento da agricultura familiar, pois no primeiro restritamente se busca o sustento pela venda ou consumo do que é produzido, enquanto no segundo há brechas para a produção como uma forma de valorização de capital. Não fazemos uma crítica, porém numa conjuntura de recursos limitados devemos apontar as prioridades.

grãos. Não se dispondo de meios para se comercializar a produção, o plantio se torna um risco. Projetos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são assim uma necessidade se o objetivo é assegurar a existência desse modal produtivo de pequenas propriedades.

Todavia, é necessário expor outros pontos acerca da diminuição desse quantitativo das pequenas propriedades agrícolas. Até aqui, de certa forma, se abordou em suma as dificuldades daqueles já inseridos no rural. Porém na construção deste trabalho ficou clara uma outra variável, que dada a importância, foi atribuída ao subtópico individual a seguir.

## **RENDA**

Citadas muitas pressões que condicionam a extinção dos pequenos estabelecimentos rurais. Por fim pretendo trazer a questão talvez mais crítica a sobrevivência de um modal de produção agrícola de pequena escala. Sendo esta, a inexistência de reposição. O Mapa 2 foi construído propositalmente não com base em um valor bruto correspondente ao valor do hectare representado, porém sim, a seu equivalente no tocante a renda da população assalariada, que é a soma da população brasileira.

De maneira geral, as populações são cada vez mais urbanas. Todavia nem todos esses habitantes encontram nas cidades uma forma digna de sustento. Porém passa ser para eles a cidade, a única opção. Existe uma corrida global por terras, e como amostrado nos tópicos anteriores a concentração fundiária é hoje um evento mundial. Na valorização descabida desse solo, aqueles que já não o tem, perdem qualquer possibilidade de adquiri-lo, mesmo que esse fosse um profundo desejo. Entretanto, não seria na totalidade dos casos uma propriedade camponesa uma melhor que um subemprego urbano?

Em termos regionais, o valor da terra no ente federativo do paraná não fora só crescente na escala que se deram os demais valores de bens a compensar a inflação, pois nesse nível não seria sequer demonstrada grande alteração visual do Mapa 2 que corresponde a um valor já corrigido ao ano correspondente de cada subdivisão do mapa.

A citar o município de Londrina, sua classe se alterou de um valor até 24 salários-mínimos para uma classe a partir de 60 S.M.; o que representa que um cidadão

comum teria que ter tido um aumento 3x maior que o teve para uma equivalente capacidade ao ano de 2006 quanto a adquirir uma, mesmo que pequena, propriedade rural, que venha a adotar a totalidade do preço de mercado. Isto em apenas onze anos.

Casos ainda mais absurdos se veem por todo o estado. Reiterando que estamos a tratar de um intervalo com somente três décadas. Seriam ainda maiores as disparidades em intervalos mais longos. Uma mediana simples entre municípios Paranaense revela que de 2000 a 2023 o valor de 1 hectare de terra aumentou entre 15 vezes (1.500%) e 136 vezes (13.000%) a depender do município.

Estando o crescimento bruto da renda populacional brasileira mínima, próxima a 7, ou seja, menos da metade (15x) do MENOR aumento do preço da terra municipal Paranaense para o equivalente intervalo. Adotando os valores de 151 reais para o salário-mínimo do ano 2000 e 1.320 reais em 2023 resulta em um crescimento em torno de 7 vezes (774%) em detrimento de uma inflação próxima a 4x para o período referido (394% [IPC-Brasil]; 409% [IPCA]; 541% [Poupança]; 367% [IPC-SP] conforme o Banco Central).

Trazendo que maiores rendas assalariadas de trabalhadores também se veem condicionadas ao crescimento de um salário, pois mesmo que sejam vários, seu aumento não é altamente dispare ao aumento de um único. De qualquer forma, não é esta classe da população que seria objeto de um fluxo de reposição do campesinato, caso seu acesso fosse possível. Visto já terem encontrado uma confortável inserção no urbano.

A questão insurge assim como possibilitar o acesso do bem produtivo que é a terra para aqueles que nem sequer a conseguem conceber como uma melhor forma de ganhar a vida. De um lado temos um imenso mercado a necessitar de bens, que carece principalmente de uma estrutura que ligue produtores e consumidores. Do outro lado, um imenso quantitativo de braços ociosos, conforme as pesquisas de desemprego. Entretanto uma propriedade produtiva parece ser algo muito distante para uma população qual o sonho é ter uma casa própria ao fim da vida. Cabendo dizer que este algo se torna cada vez mais distante pela valorização descabida do solo.

Há facilidades para um camponês deixar o rural e alocar-se no urbano, já o inverso, como amostrado, auferiria diversas e crescentes dificuldades. A urbanização da população vem assim como um condicionamento e não majoritariamente um resultado de múltiplos desejos individuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em breve reconstituição de processos políticos e conjunturas de fenômenos, por meio deste artigo buscamos amostrar e espacializar, na escala do ente federal que é o Paraná, um fenômeno global que vem sendo a concentração fundiária. Que se dá por meio do célere constrangimento econômico das menores propriedades e intenso cerceamento do acesso à terra por uma desmedida valorização a nível global deste recurso que é o solo. Objetivamos não uma análise aprofundada das questões do campo, porém sim, dedicamos atenção as pressões circundantes que delimitaram essas questões. Sendo mais que clara a disseminação de tais pressões em nível mundial, de norte a sul.

A inserção de players globais, em prol do emprego de capitais ociosos que visam a obtenção de lucro, tem fomentado alterações de logicas rurais. Toda uma classe social gradualmente está deixando de existir, em prol de uma sociedade urbanizada, a qual tem sua base literal que é o solo, destinada a processos produtivos que envolvem um número cada vez menor de detentores. E, junto desses, um quantitativo cada vez menor de produtores. Esta não é uma pesquisa impessoal, e sim uma realidade vivida.

## REFERÊNCIAS

- AMATO, J. N. A indústria de máquinas agrícolas no brasil: origens e evolução. **Rev. Adm. Empr.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 57-69, 1985.
- BACHA, C. J. C; STEGE, A. L; HARBS, R. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, ano XXV, n. 4, p. 18-37, 2016.
- BASTOS, J. M; MACHADO, E. M; WESSLER, M. A. A espacialização da produção de soja no paraná e a evolução das exportações de grãos pelo porto de Paranaguá entre 2010 e 2020. **Revista Geografar**. Curitiba, v.18, n.1, p. 24-44, 2023.
- BERCOVICE, G. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito: RHD**. Curitiba, v.1, n.1, p. 183-226, 2020.
- BRITO, F; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

- BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008.
- EMBRAPA. **Módulos fiscais**. 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso: novembro 2023.
- FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 1, p. 2-44, 2012.
- FERREIRA, L. S. A perspectiva de Karl Marx sobre a questão do campesinato e a vida rural. **Revista Anhanguera**. Goiás, v. 22, n. 2, p. 87-97, 2021.
- FRANCO, G. H. B. O Brasil e a globalização após o Plano Real: os censos do capital estrangeiro, 1995, 200 e 2005. In: Edmas Lisboa Bacha, Monica Baumgarten de Bolle. (Org.). **Novos dilemas de política econômica, ensaios em homenagem a Dionísio Dias Carneiro**. Rio de Janeiro: LTC - GEN Livros Técnicos e Científicos Ltda, 2011.
- GUIMARÃES, L. S. P. Evolução do Espaço Rural Brasileiro. In: IBGE. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 119-138.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1960. Sinopse preliminar do Censo Agrícola: Caderno do Estado do Paraná. 1963. Disponível em: [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Sinopse preliminar do censo agrícola : 1960](#) acesso em junho 2023.
- IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 1995: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>>. Acesso em: julho. 2023.
- IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 2006: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>>. Acesso em: julho. 2023.
- IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/43/T/Q>>. Acesso em: julho. 2023.
- LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. H.; REGO, J. M.; MARQUES, R. M. **A Economia Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M.; LINCK, P. O choque nos preços das commodities e a economia brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 3, p. 427-448, 2019.

- LIMA, T; OLIVEIRA, E. L. Corrida global por terras: os estados unidos como alvo?. **Revista tempo do mundo**. v. 4, n. 2, p. 27-47, 2018.
- MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal” efeitos perversos da descentralização. **São Paulo Em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais...**, Bogotá, Colômbia, 2012, p.1-15.
- OLIVEIRA, B. C. Federalismo e municipalismo na trajetória política do Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17023, 2018.
- PLOEG, J. D.; FRANCO, J. C; BORRAS JR, S. M. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis, *Canadian Journal of Development Studies*. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 2, p. 147-162, 2015.
- PRUDENTE, V. H. R; PRADO, M. L.; SILVA, B. K.; MERCANTE, E.; OPAZO, M. A. U. Análise Espacial da Produção de Soja no Estado do Paraná, durante as safras de 2003/2004 a 2007/2008. In: XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, **Anais...**, Curitiba, PR, Brasil, 2011, p. 0647-0652.
- SILVA, F. C. S; JACOB, M. A. Pequena propriedade rural, restrições (des)protetivas às cautelas hipotecárias e (in)sustentabilidade da atividade produtiva. **Revista Foco**. Curitiba, v. 16, n. 8, e2410, p.01-13, 2023.
- SILVA, R. V. A. Descentralização e municipalização: a redefinição do papel do estado no âmbito local. In: Encontro da associação nacional de programas de pós-graduação em administração. **Anais...**, Florianópolis, 2000.
- VIEIRA, P. R. Em busca de uma teoria de descentralização. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1409-1425, 2012.
- WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- WESZ, J. V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. Disponível em: <<https://www.agrolink.com.br/downloads/din%C3%A2micas%20e%20estrat%C3%A9gias%20das%20agroind%C3%BAstrias%20de%20soja%20no%20Brasil.PDF>>. Acesso 15 de agosto de 2023.

Recebido em fevereiro de 2024.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em maio de 2024.